

O que John Piper crê sobre dispensacionalismo, teologia do pacto e teologia da nova aliança?

John Piper

Tradução: Felipe Sabino de Araújo Neto / felipe@monergismo.com

Há três campos teológicos principais sobre as questões da lei, evangelho e a estruturação do relacionamento redentor de Deus com a humanidade: dispensacionalismo, teologia do pacto e teologia da nova aliança. Muitos têm nos escrito perguntando sobre as diferenças entre essas três visões, e assim, antes de discutir a perspectiva de John Piper, daremos uma visão geral de cada um desses campos.

Dispensacionalismo

Pode ser difícil sumarizar a teologia dispensacionalista como um todo, pois nos últimos anos têm se desenvolvido múltiplas formas da mesma. Em geral, há três distintivos principais.

Primeiro, o dispensacionalismo vê Deus como estruturando seu relacionamento com a humanidade através de vários estágios de revelação, que delimitam diferentes dispensações, ou arranjos de administração. Cada dispensação é um “teste” da humanidade para ser fiel à revelação particular dada naquele tempo. Geralmente, sete dispensações são distinguidas: inocência (antes da queda), consciência (Adão a Noé), promessa (Abraão a Moisés), Lei (Moisés a Cristo), graça (Pentecoste ao arrebatamento), e o milênio.

Segundo, o dispensacionalismo sustenta uma interpretação literal da Escritura. Isto não nega a existência de figuras de linguagem e linguagens não-literais na Bíblia, mas antes, significa que há um significado literal por detrás das passagens figuradas.

Terceiro, como resultado desta interpretação literal da Escritura, o dispensacionalismo sustenta uma distinção entre Israel (até mesmo o Israel crente) e a igreja. Nesta visão, as promessas feitas a Israel no AT não foram pretendidas como profecias sobre o que Deus faria espiritualmente para a igreja, mas seria literalmente cumprida pelo próprio Israel (principalmente no milênio). Por exemplo, a promessa da terra é interpretada como significando que um dia Deus restaurará plenamente Israel à Palestina. Em contraste, os não-dispensacionistas tipicamente vêem a promessa da terra como pretendida por Deus para profetizar, na forma obscura do antigo pacto, a grande realidade de que ele um dia faria da igreja inteira, judeus e gentios, herdeiros de todo o mundo renovado (cf. Romanos 4:13).

Assim, em muitas formas é correto dizer que o dispensacionalismo crê em “dois povos de Deus”. Embora tanto judeus como gentios sejam salvos por Cristo através da fé, o Israel crente será o recipiente das promessas “terrenas” adicionais (tais como prosperidade na terra específica da Palestina, a ser concretizada plenamente no

milênio) que não se aplicam aos gentios crentes, cuja herança primária, dessa forma, é “celestial”.

Teologia do Pacto

A teologia do pacto crê que Deus tem estruturado seu relacionamento com a humanidade por pactos, ao invés de dispensações. Por exemplo, na Escritura lemos explicitamente de vários pactos funcionando como estágios na história redentora, tais como o pacto com Abraão, a entrega da lei, o pacto com Davi, e o novo pacto. Esses pactos pós-queda não são novos testes da fidelidade do homem a cada novo estágio de revelação (como são as dispensações no dispensacionalismo); antes, são administrações diferentes do único e abrangente pacto da graça.

O pacto da graça é um dos dois pactos fundamentais na teologia do pacto. Ele estrutura o relacionamento pós-queda de Deus para com a humanidade; antes da queda, Deus estruturou seu relacionamento pelo pacto das obras. O pacto da graça é mais bem entendido na relação com o pacto das obras.

O pacto das obras, instituído no Jardim do Éden, foi a promessa de que a obediência perfeita seria recompensada com a vida eterna. Adão foi criado sem pecado, mas com a capacidade para cair no pecado. Tivesse ele permanecido fiel na hora da tentação no Jardim do Éden (o “período probatório”), ele se tornaria incapaz de pecar e teria assegurado uma eterna e inquebrável posição correta diante de Deus.

Mas Adão pecou e quebrou o pacto, e através disso, sujeitou a si mesmo e todos os seus descendentes à penalidade da quebra do pacto: a condenação. Portanto, Deus, em sua misericórdia, instituiu o “pacto da graça”, que é a promessa de redenção e vida eterna àqueles que crerem no Redentor (vindouro). O requerimento da obediência perfeita para a vida eterna não é anulada no pacto da graça; pelo contrário, ele é cumprido por Cristo em favor do seu povo, visto que agora todos são pecadores, e ninguém pode satisfazer a condição de obediência perfeita por seu próprio desempenho. O pacto da graça, então, não coloca o pacto das obras de lado; antes, ele o cumpre!

Como mencionado acima, a teologia do pacto enfatiza que há somente um pacto da graça, e que todos os vários pactos redentores sobre os quais lemos na Escritura são simplesmente administrações diferentes deste único pacto. Como prova, é apontado que um pacto é em essência simplesmente uma promessa dada soberanamente (frequentemente com estipulações), e visto que há somente uma promessa de salvação (a saber, pela graça através da fé), segue-se que há, portanto, somente um pacto da graça. Todos os pactos redentores específicos sobre os quais lemos (o Abraâmico, Mosaico, etc.) são várias e progressivas expressões do pacto da graça.

Teologia da Nova Aliança [Pacto]

A teologia da nova aliança tipicamente não sustenta um pacto das obras ou um pacto da graça abrangente (embora eles ainda argumentem em favor de um único caminho de salvação). A diferença essencial entre a Teologia da Nova Aliança (daqui em diante TNA) e a Teologia do Pacto (TP), contudo, diz respeito à Lei Mosaica. A TP sustenta que a Lei Mosaica pode ser dividida em três grupos de lei – aquelas regulando o governo de Israel (leis civis), as leis cerimoniais e as leis morais. A lei cerimonial e a

civil não mais estão em vigor, pois a primeira foi cumprida por Cristo e a última aplicava-se somente à teocracia de Israel, que agora não existe mais. Mas a lei moral continua.

A TNA argumenta que ninguém pode dividir a lei dessa forma, como se parte da Lei Mosaica pudesse ter sido ab-rogada e o restante ainda permanece em vigor. A Lei Mosaica é uma unidade, dizem eles, e assim, se parte foi cancelada, tudo dela foi cancelado. Em adição, eles dizem que o Novo Testamento ensina claramente que a Lei Mosaica como um todo foi substituída em Cristo. Em outras palavras, ela não mais é nossa fonte direta e imediata de orientação. A Lei Mosaica, como uma lei, não mais é obrigatória para o crente.

Isto significa que os crentes não são mais governados por alguma lei divina? Não, pois a Lei Mosaica foi substituída pela lei de Cristo. A TNA faz uma distinção entre a lei moral eterna de Deus e o código no qual Deus expressa essa lei para nós. A Lei Mosaica é uma expressão da lei moral eterna como um código particular que também contém regulamentações positivas pertinentes ao propósito temporal particular do código, e, portanto, o cancelamento da Lei Mosaica não significa que a lei moral eterna em si foi cancelada. Antes, no cancelamento da Lei Mosaica, Deus nos deu uma expressão diferente da sua lei moral eterna – a saber, a Lei de Cristo, consistindo nas instruções morais do ensino de Cristo e do Novo Testamento. A questão chave que a TNA procura levantar é: Para onde olhamos para ver a expressão da lei moral eterna de Deus hoje – para Moisés, ou para Cristo? A TNA diz que devemos olhar para Cristo.

Há muitas similaridades entre a Lei de Cristo e a Lei Mosaica, mas isto não muda o fato de que a Lei Mosaica foi cancelada e que, portanto, não devemos olhar para ela a fim de conseguir orientação direta, mas antes para o Novo Testamento. Por exemplo, a Inglaterra e os Estados Unidos possuem leis similares (por exemplo, o assassinato é ilegal em ambos os países). Todavia, os ingleses não estão sob as leis da América, mas da Inglaterra. Se um cidadão inglês assassina na Inglaterra, ele é culpado por quebrar uma lei da Inglaterra contra o assassinato, não uma lei Americana.

O benefício da TNA, argumentam seus defensores, é que ela soluciona a dificuldade de tentar compreender quais das leis de Moisés se aplicam hoje. Sobre o entendimento deles, visto que a Lei Mosaica não é mais uma fonte de orientação direta e imediata, devemos olhar para a Lei de Cristo a fim de obter nossa orientação direta. Embora a Lei Mosaica não seja mais um código de lei obrigatório na era do NT, ela ainda tem a autoridade, não de lei, mas de testemunho profético. Como tal, preenche e explica certos conceitos tanto na lei do antigo como do novo pacto.

A posição de John Piper

John Piper tem algumas coisas em comum com cada uma destas visões, mas não se classifica dentro de qualquer um desses três campos. Provavelmente ele está mais longe do dispensacionalismo, embora concorde com o mesmo de que haverá um milênio.^a

^a Nota do tradutor: Certamente todas as posições defendem a existência de um milênio. Contudo, no caso do milênio do dispensacionalismo, o mesmo é *literal* em sua duração e *terreno* em sua natureza.

Muitos dos seus heróis teológicos eram teólogos do pacto (por exemplo, a maioria dos Puritanos), e ele vê certo mérito no conceito de um pacto das obras pré-queda, mas ele não tomou uma posição sobre o conceito específico deles do pacto da graça.

Com respeito às suas visões sobre a Lei Mosaica, ele parece estar mais próximo da teologia da aliança do que da teologia do pacto, embora uma vez mais isso não quer dizer que ele se enquadre precisamente dentro desta categoria.

Recursos Adicionais

Sobre teologia do pacto:

O. Palmer Robertson, *Cristo dos Pactos* (Editora Cultura Cristã)

Confissões de Fé de Westminster, capítulo 7

<http://www.monergismo.com/textos/credos/cfw.htm>

Louis Berkhof, *Teologia Sistemática* (Editora Cultura Cristã)

Charles Hodge, *Teologia Sistemática* (Editora Hagnos)

<http://www.edificai.com.br/detalhe.asp?Codigo=1797&from=Monergismo>

Os Pactos: A Estrutura da Redenção

<http://www.geocities.com/mattperman/covenants.html>

Sobre dispensacionalismo:

Craig Blaising e Darrell Bock, *Progressive Dispensationalism*
[Dispensacionalismo Progressivo]

Vern Poythress, *Understanding Dispensationalists* [Entendendo os
Dispensacionalistas]

Sobre teologia da nova aliança:

Sound of Grace

<http://www.soundofgrace.com/>

What is New Covenant Theology?

<http://www.ids.org/ids/wnct.html>

John Reisinger, *Abraham's Four Seeds* [As Quatro Sementes de Abraão]

http://www.audiowebman.org/bbc/books/NC/abrahams_seed/toc.htm

Tom Wells and Fred Zaspel, *New Covenant Theology: Description, Definition, Defense* [Teologia da Nova Aliança: Descrição, Definição, Defesa]

Sobre uma teologia bíblica da Lei Mosaica:

Tom Schreiner, *The Law and Its Fulfillment* [A Lei e Seu Cumprimento]

Frank Thielman, *Paul & the Law* [Paulo & a Lei]

Wayne Strickland, ed., *Five Views on Law and Gospel* [Cinco Visões sobre Lei e Evangelho]^b

^b Nota do tradutor: Este livro foi lançado pela Editora Vida: “Lei e Evangelho” (Coleção Debates Teológico), organizado por Stanley Gundry. (<http://www.edificai.com.br/detalhe.asp?Codigo=484&from=Monergismo>).